

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de março/2017, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em março/2017 e 1º Trimestre de 2017 (janeiro, fevereiro e março/2017), definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência março/2017, descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de abril de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 4ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, verificar limites da PAI-2017 e comunicar liberação do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária em função do parcelamento de débitos.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início à reunião, conforme dados dos economistas na EUROPA de acordo com o Banco Central Europeu – BCE, a recuperação econômica da zona do euro está se firmando e resultados de pesquisas sugerem um crescimento robusto no primeiro trimestre de 2017, apesar das incertezas em relação a nova administração dos EUA, o reequilíbrio da economia chinesa e o impacto do Brexit sobre o crescimento fora e dentro da União Europeia. Em março, segundo o índice PMI, elaborado pela Markit, o setor privado da Eurozona progrediu e registrou o maior nível em quase seis anos. A atividade empresarial e a contratação de pessoal cresceram ainda mais. Também em março, a inflação do consumidor, que chegou em fevereiro a 2% na base anual, desacelerou para 1,5%, pressionada principalmente pela menor alta dos preços de energia. Assim, o BCE manteve em sua reunião, no início do mês, a taxa básica de juros em 0% e a taxa de depósito dos bancos em -0,4%. Para o BCE a inflação de 2017 será de 1,7%. EUA: Conforme a última estimativa divulgada pelo Departamento de Comércio, o PIB americano no quarto trimestre de 2016 subiu 2,1% e não 1,9%, em taxa anualizada. Assim, a maior economia do mundo teve um avanço de

1,6% no ano passado, depois de crescer 2,6% em 2015. Na terceira revisão, a estimativa dos gastos dos consumidores, que representam dois terços da atividade econômica, foi elevada de 3% para 3,5%. Se em março a atividade industrial desacelerou levemente em relação ao mês anterior, a confiança dos consumidores foi a mais alta em dezessete anos. Ainda nesse mês, a criação de novos empregos não agrícolas, estimada em 180 mil vagas, foi efetivamente de 98 mil vagas. A taxa de desemprego, no entanto, caiu de 4,7%, em fevereiro, para 4,5%. Em sua reunião, em meados do mês, o FED manteve elevada da faixa de 0,50% a 0,75%, para 0,75% a 1%, a taxa básica de juros. Foi a segunda elevação em três meses. Na ata da reunião, reiterou o aumento gradual dos juros no país. ÁSIA: Na China, a atividade do setor industrial se expandiu em março, no ritmo mais rápido em quase cinco anos. As indústrias pararam de cortar empregos pela primeira vez nesse período, diante da melhora de rentabilidade. No Japão, o banco central manteve a política monetária expansionista e reafirmou sua visão otimista sobre a economia. MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL: No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,51% a.a. no final de fevereiro, terminaram março com um rendimento de 2,38% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o mês rendendo cerca de 0,92% a.a. Os emitidos pelo governo alemão fecharam o mês com rendimento de 0,31%. Paralelamente, o dólar se desvalorizou 1,13% perante o euro e 2,29% perante o yen, por exemplo. As bolsas internacionais tiveram resultados mistos. Se a bolsa alemã subiu 4,31% e a inglesa (FTSE 100) 1,09%, por exemplo, a do Japão (Nikkei 225) caiu 1,94%, enquanto a americana (S&P 500) 0,20%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 0,65%. NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA: De acordo com o Banco Central, o IBC-Br de janeiro, divulgado no final de março, caiu 0,26% na comparação com o mês anterior. No acumulado de doze meses a atividade econômica encolheu 3,99%. Já em março, a confiança dos empresários da indústria, do comércio e do consumidor atingiram os maiores níveis desde 2014. Por sua vez, a taxa de desemprego chegou a 13,2% no trimestre encerrado em fevereiro, conforme a Pnad Contínua. O contingente de desempregados atingiu 13,5 milhões de pessoas. A renda média de R\$ 2.068,00 ficou maior em 1,5% que a recebida no mesmo período de 2016. A boa notícia foi a criação de 35,6 mil novas vagas de trabalho em fevereiro, depois de 22 meses seguidos de resultados negativos, conforme o Caged. SETOR PÚBLICO: Conforme informou o banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 23,5 bilhões em fevereiro. No ano registrou-se um superávit de R\$ 13,2 bilhões. Em doze meses o déficit acumulado alcançou R\$ 147,4 bilhões (2,34% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 388,2 bilhões (6,16% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 535,6 bilhões (8,49% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,45 trilhões (70,5% do PIB). INFLAÇÃO: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caiu de fevereiro para março, de 0,33% para 0,25% e registrou a menor taxa para o mês desde 2012 e para o trimestre a menor desde 1994,

com o Plano Real. 3 de 5 Em doze meses, a alta acumulada foi de 4,57% e no ano de 0,96%. As maiores altas de preços foram no grupo habitação, principalmente com a energia elétrica. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,32% em março, após a elevação de 0,24% em fevereiro. Em doze meses a alta foi de 4,57% e no ano de 0,98%. JUROS Divulgada no final de março, a ata da última reunião do Copom ilustrou um cenário de inflação sob controle e fraca atividade econômica. Assim, sugeriu um ritmo mais forte de corte nos juros e redução na previsão de evolução do PIB. CÂMBIO E SETOR EXTERNO: A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de março cotada em R\$ 3,1684, com uma valorização de 2,23% no mês, mas com uma desvalorização de 11,49% em doze meses. Em fevereiro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 935 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 22,8 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 5,3 bilhões no mês, as reservas internacionais terminaram fevereiro em US\$ 375,3 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 315,1 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em março de 2017 um superávit de US\$ 7,10 bilhões, o maior superávit para o mês e acumula no ano um saldo de US\$ 14,40 bilhões. RENDA FIXA: Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de fevereiro acabou sendo o do IRF-M1+, com alta de 1,63%, seguido do IDkA 2A (IPCA), com alta de 1,62% e do IRF-M Total, com 1,50%. Em doze meses, o melhor desempenho foi o do IDkA 20A (IPCA) com 40,12%, seguido do IMA-B 5+ com 25,27% e do IRF-M 1+ com alta de 23,70%. RENDA VARIÁVEL: Para o Ibovespa, a queda no mês foi de 2,52%, mas acumula no ano uma alta de 7,90% e de 28,52% em doze meses. Depois de registrar um ingresso líquido de R\$ 6,24 bilhões em janeiro e de R\$ 339 milhões em fevereiro, os investimentos estrangeiros em ações no Brasil tiveram uma redução de R\$ 3,35 bilhões em março, por conta da natural realização de lucros. No entanto, até o dia 06 de abril o ingresso líquido desses investidores já alcança R\$ 827 milhões. PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL: Com o FED indicando moderação na elevação dos juros nos EUA e com o BCE e o Banco do Japão ainda praticando taxas negativas, a demanda por títulos de renda fixa e ações dos países emergentes vão ganhando espaço com os investidores globais. Além da busca por uma maior rentabilidade, a melhora dos fundamentos nessas economias sustenta as escolhas. Embora os riscos embutidos sejam maiores, sob o efeito de conflitos geopolíticos ou diante da pouca clareza demonstrada pelo governo Trump em relação aos rumos da economia americana, a alta liquidez reinante no mercado alimenta a disposição de conviver com a maior volatilidade. Essa tendência deve ainda mais se firmar. MERCADO NACIONAL: No mercado local, as expectativas estarão centradas, além da reforma da Previdência, em que o governo terá que flexibilizar as regras para a sua aprovação, na reunião do Copom no dia 12/04, na qual poderá ser imprimido um novo ritmo de corte da taxa Selic, desta feita de 1%. Fica também a expectativa do comunicado a ser divulgado após o encontro, quanto ao futuro do processo de flexibilização monetária. Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, tendo-se em vista o médio e longo prazos, a recomendação é de uma exposição de 50% nos vértices mais longos (dos quais 20%

direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 30% para o IMA-B Total), 20% para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de março/2017** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em março/2017 e 1º Trimestre de 2017, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. **Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência março/2017, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de abril de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 4ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.** Considerando que as despesas com folha de pagamento do Instituto de Previdência e demais despesas administrativas são pagas com resgate mensal do Fundo SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA, uma vez que o mesmo possui baixo nível de volatilidade e liquidez imediata e haja vista que os recursos do referido fundo não são suficientes para a cobertura das despesas do mês de abril de 2017, foi decidido por unanimidade que os valores disponíveis para investimento serão nele aplicados, haja vista que está devidamente credenciado e possui rentabilidade acumulada muito próxima dos outros fundos IRFM 1 das instituições financeiras credenciadas. Interessante ressaltar também que os pagamentos das despesas são efetuados através do Banco Santander e que o resgate de valores de outras instituições financeiras gera custos com tarifas. Ressaltando também que para atender a PAI – 2017 há necessidade de redução dos fundos alocados no Artigo 7º, inciso I, Alínea “b”, como é o caso do fundo em referência, porém o valor a ser aplicado é pequeno e logo após será resgatado para

pagamento de despesas do Instituto de Previdência. Com isso, os recursos oriundos do recolhimento previdenciário da competência março/2017, cujo vencimento se dará em 12/04/2017 e os valores a serem recebidos do pagamento da 4ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, serão aplicados no FUNDO SANTANDER IRFM-1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA. Observou-se que os investimentos estão devidamente enquadrados perante os limites definidos pela Resolução 3.922/10, porém de acordo com a política de investimentos para o exercício de 2017, alguns limites encontram-se abaixo do previsto como limite inferior, e consultas estão sendo realizadas visando adequar a carteira de investimentos conforme prevê a PAI-2107, porém com devida cautela, avaliando o atual cenário. Foi também comunicado que tendo em vista a celebração do Acordo de Parcelamento houve a liberação da renovação do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, pelo Ministério da Previdência, porém desde que a Prefeitura Municipal deixou de recolher em dia as obrigações previdenciárias, o Comprev foi bloqueado e ainda continua, porém realizaremos intervenções de modo a solicitar o desbloqueio do mesmo. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do Comitê se dará em 10 de maio de 2017, às 13h30min. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes. Santa Albertina, 11 de abril de 2017.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____

Osmar Games Martins: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Carlos César de Oliveira: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____

Isvaldir Lopes Veigas: _____

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Célia Maria Bassi: _____